

Pronunciamentos Contábeis (CPCs): esquematizados, resumidos e anotados

CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa



Pessoal, no artigo de hoje daremos continuidade ao nosso projeto "Detonando os CPCs". Caso você não tenha lido os artigos anteriores, leia antes deste, ok?

Projeto Detonando os CPCs

Artigo 1 → [CPC 00 – Estrutura Conceitual](#)

Artigo 2 → [CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos](#)

Hoje vamos estudar um Pronunciamento Contábil que vem sendo exhaustivamente explorado pelas diversas bancas. Trata-se do **CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Referido Pronunciamento vem sendo exigido de diversas formas, em questões teóricas, envolvendo a elaboração da DFC e também em questões discursivas, conforme veremos ao final do artigo.

Bons estudos!

Gilmar Possati

prof.possati@gmail.com



Curta a nossa página e fique ligado(a) em todas as nossas atividades.
www.facebook.com.br/profgilmarpossati



Inscreva-se no nosso canal no YouTube: [Contabilizando](#) e fique antenado(a) com muitas dicas, análises, questões comentadas, promoções e muito mais.



Siga-me no [Periscope](#): @possati

CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

Pessoal, algumas questões sobre a DFC referem-se a aspectos conceituais introdutórios previstos na Lei 6.404/76 e na doutrina. Esses pontos são objetivamente abordados a seguir.

Previsão

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) está prevista na Lei nº 6.404/76, conforme descrito abaixo:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

[...]

IV – demonstração dos fluxos de caixa;

[...]

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, **3 (três) fluxos**:

a) das **operações**;

b) dos **financiamentos**; e

c) dos **investimentos**;

Observe que a DFC informa as **variações (entradas e saídas) de dinheiro no disponível de uma empresa em determinado período segregando as informações em três fluxos: das operações, dos financiamentos e dos investimentos**. No decorrer da aula estudaremos os detalhes sobre esses fluxos.

Veja como isso já foi exigido em prova.



1. (FCC/Contador/COPERGÁS/2011) A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem por objetivo evidenciar as variações ocorridas entre o início e o final do exercício no

- a) grupo de Outros Resultados Abrangentes da companhia.
- b) Capital Circulante Líquido da companhia.
- c) Patrimônio Líquido da companhia.
- d) Ativo circulante da companhia.
- e) Disponível da companhia.

Para fixar! **A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem por objetivo evidenciar as variações ocorridas entre o início e o final do exercício no disponível da companhia.**

Gabarito: E

Obrigatoriedade

Objetivamente, devemos saber que a DFC é uma demonstração **obrigatória** para as **Sociedades Anônimas**. Para as **Companhias fechadas com PL < 2 milhões não é obrigatória**. Nesse ponto é isso.



Essa informação é básica e costuma ser exigida, senão vejamos:



2. (FCC/Analista/TCE-AM/2008/Adaptada) A apresentação da Demonstração dos Fluxos dos Caixas não é obrigatória para as companhias fechadas com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a dois milhões de reais.

Para fixar! A DFC é uma demonstração **obrigatória para as Sociedades Anônimas**. Para as **Companhias fechadas com PL < 2 milhões não é obrigatória**.

Gabarito: Certo

DFC x DOAR

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que alterou a Lei nº 6.404/76, **a DFC veio substituir a antiga Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)**. Não vamos entrar no mérito da DOAR. O que importa é saber que a DFC veio substituir a DOAR e ponto! Isso já foi alvo de exigência:



3. (FCC/Analista de Controle Externo/TCE-SE/2011) A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, obrigatória para as companhias abertas e para as companhias fechadas com patrimônio líquido, igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), na data do balanço, foi substituída pela Demonstração

- a) do Resultado Abrangente.
- b) do Valor Adicionado.
- c) de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- d) das Mutações Patrimoniais.
- e) dos Fluxos de Caixa.

Para fixar! **A DFC veio substituir a antiga Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)**.

Gabarito: E

Meus camaradas, fechamos a primeira parte do nosso estudo da DFC. Agora que já superamos os aspectos introdutórios, podemos efetivamente iniciar o estudo do CPC 03. Avante!

OBJETIVOS, UTILIDADE E BENEFÍCIOS DA DFC

Segundo o CPC 03 (R2),

*Informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para **proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.** As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época de sua ocorrência e do grau de certeza de sua geração.*

As informações da DFC permitem, em conjunto com as demais demonstrações:

→ **Equacionar as entradas e saídas de recursos, dispostos no tempo;**

→ Avaliar a capacidade de a empresa gerar fluxos de caixa positivos no futuro;

→ **Visualizar os fluxos monetários (entradas e saídas de dinheiro) da entidade;**

→ Avaliar a capacidade de a empresa honrar os compromissos com os seus credores;

→ **Indicar os valores esperados de entrada e de saída de recursos financeiros, ao longo de um período de tempo especificado;**

→ Identificar a parte do lucro líquido ou prejuízo líquido apurado pelo regime de competência convertido em dinheiro;

→ Avaliar os efeitos decorrentes das operações de investimentos e financiamentos na posição financeira da empresa;

→ Avaliar o grau de precisão dos fluxos de caixa estimados no passado e a sua realização no futuro etc.

Além disso, o CPC 03 (R2) informa que

Informações históricas dos fluxos de caixa são frequentemente utilizadas como indicador do montante, época de ocorrência e grau de certeza dos fluxos de caixa futuros. Também são úteis para averiguar a exatidão das estimativas passadas dos fluxos de caixa futuros, assim como para examinar a relação entre lucratividade e fluxos de caixa líquidos e o impacto das mudanças de preços.

Vamos ver como isso já foi explorado em prova?



-
- 4.** (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT18/2008) Um dos objetivos da Demonstração do Fluxo de Caixa, recém tornada obrigatória em virtude da modificação introduzida pela Lei nº 11.638/2007 na Lei das Sociedades por Ações, é
- a) permitir calcular o índice de liquidez corrente.
 - b) avaliar quanto do lucro da entidade foi aplicado no seu Disponível.
 - c) evidenciar a variação do Capital Circulante Líquido da entidade de um exercício para o outro.
 - d) avaliar a situação financeira da empresa no curto prazo (até um ano).
 - e) permitir a auditoria das disponibilidades da empresa com custo menor.
-

Conforme vimos acima, um dos objetivos da DFC é identificar a parte do lucro líquido ou prejuízo líquido apurado pelo regime de competência convertido em dinheiro. Em outras palavras, avaliar quanto do lucro da entidade foi aplicado no seu Disponível.

Gabarito: B

CLASSIFICAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES DE CAIXA POR ATIVIDADE

Antes de passarmos à classificação, cabe destacar algumas **definições** descritas no CPC 03 (R2):

Caixa → compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de Caixa → são aplicações financeiras de curto prazo (3 meses ou menos), de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em

montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um **insignificante risco** de mudança de valor.

Fluxos de Caixa → são as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades Operacionais → são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento.

Atividades de Investimento → são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.

Atividades de Financiamento → são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade.

Professor, essas definições são exigidas em prova?

É claro, camarada! Veja essa recente questão!



5. (CESPE/Contador/DPU/2016) São denominados equivalentes de caixa os investimentos conversíveis em moeda e que apresentam alto risco de alteração de valor, sendo necessária a exposição, no relatório de administração, dos critérios adotados para identificar as aplicações em equivalente de caixa.

A questão apresenta dois erros. Os equivalentes de caixa representam os investimentos conversíveis em moeda e que apresentam **insignificante** risco de alteração de valor. Além disso, a companhia deve expor em **notas explicativas** (e não no relatório de administração) os critérios adotados para identificar as aplicações em equivalentes de caixa.

Gabarito: Errado

Bem... já estudamos que a DFC deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Vimos acima os conceitos estabelecidos pelo CPC 03.

Vamos agora entrar em alguns detalhes importantes para "detonarmos" as questões!

Segundo o CPC 03, a entidade deve apresentar seus fluxos de caixa advindos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da forma que seja mais apropriada aos seus negócios. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa. Essas informações podem ser usadas também para avaliar a relação entre essas atividades.

O Manual de Contabilidade Societária (FIPECAFI) destaca que a natureza da transação deve levar em consideração a sua intenção subjacente para fins de classificação. Nesse sentido, os desembolsos de caixa efetuados em investimentos adquiridos com a intenção de revenda (títulos, máquinas, terrenos etc.), por exemplo, não devem ser classificados como atividades de investimento, mas como atividades operacionais.

Uma única transação pode incluir fluxos de caixa classificados em mais de uma atividade. Por exemplo, quando o desembolso de caixa para pagamento de empréstimo inclui tanto os juros como o principal, a parte dos juros pode ser classificada como atividade operacional, mas a parte do principal deve ser classificada como atividade de financiamento.

Vamos estudar cada um dos fluxos com os devidos detalhes!

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Segundo o CPC 03 (R2), o montante dos fluxos de caixa advindos das atividades operacionais é um indicador chave da extensão pela qual as operações da entidade têm gerado suficientes fluxos de caixa para amortizar empréstimos, manter a capacidade operacional da entidade, pagar dividendos e juros sobre o capital próprio e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento.



As atividades operacionais estão relacionadas às **principais atividades geradoras de receita da entidade**. Nos termos do CPC 03 (R2), geralmente resultam de **transações e outros eventos que entram na apuração do lucro do exercício**. Referido Pronunciamento

traz os seguintes **exemplos** de fluxos de caixa que decorrem das atividades operacionais:

- (a) recebimentos de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços;
- (b) recebimentos de caixa decorrentes de royalties, honorários, comissões e outras receitas;
- (c) pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias e serviços;
- (d) pagamentos de caixa a empregados ou por conta de empregados;
- (e) recebimentos e pagamentos de caixa por seguradora de prêmios e sinistros, anuidades e outros benefícios da apólice;
- (f) pagamentos ou restituição de caixa de impostos sobre a renda, a menos que possam ser especificamente identificados com as atividades de financiamento ou de investimento; e
- (g) recebimentos e pagamentos de caixa de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda futura.

O CPC 03 (R2) destaca que algumas transações, como a venda de item do imobilizado, podem resultar em ganho ou perda, que é incluído na apuração do lucro líquido ou prejuízo. Os fluxos de caixa relativos a tais transações são fluxos de caixa provenientes de atividades de investimento. Entretanto, **pagamentos em caixa para a produção ou a aquisição de ativos mantidos para aluguel a terceiros que, em sequência, são vendidos, são fluxos de caixa advindos das atividades operacionais.** Os recebimentos de aluguéis e das vendas subsequentes de tais ativos são também fluxos de caixa das atividades operacionais.

Fluxo de caixa das atividades de Investimento

Segundo o CPC 03 (R2), a divulgação em separado dos fluxos de caixa advindos das atividades de investimento é importante em função de tais fluxos de caixa



representarem a extensão em que os dispêndios de recursos são feitos pela entidade com a finalidade de gerar lucros e fluxos de caixa no futuro. Somente desembolsos que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.

As **atividades de investimento** relacionam-se normalmente com o aumento (aquisição) e diminuição (venda) dos ativos de longo prazo (não circulantes) que a empresa utiliza para produzir bens e serviços.

As atividades de investimento incluem, ainda, outros investimentos não incluídos como equivalentes de caixa.

Referido Pronunciamento cita os seguintes **exemplos** de fluxos de caixa advindos das atividades de investimento:

- (a) pagamentos em caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo.** Esses pagamentos incluem aqueles relacionados aos custos de desenvolvimento ativados e aos ativos imobilizados de construção própria;
- (b) recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo;**
- (c) pagamentos em caixa para aquisição de instrumentos patrimoniais** ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em joint ventures (exceto aqueles pagamentos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou aqueles mantidos para negociação imediata ou futura);
- (d) recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais** ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações societárias em joint ventures (exceto aqueles recebimentos referentes aos títulos considerados como equivalentes de caixa e aqueles mantidos para negociação imediata ou futura);
- (e) adiantamentos em caixa e empréstimos feitos a terceiros** (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos feitos por instituição financeira);
- (f) recebimentos de caixa pela liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros** (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos de instituição financeira);
- (g) pagamentos em caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap,** exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou futura, ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e
- (h) recebimentos de caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap,** exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação

imediate ou venda futura, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

Fluxo de caixa das atividades de Financiamento

Segundo o CPC 03 (R2), a divulgação separada dos fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento é importante por ser útil na predição de exigências de fluxos futuros de caixa por parte de fornecedores de capital à entidade.



As **atividades de financiamento** relacionam-se com os empréstimos de credores e investidores à entidade. Resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e do capital de terceiros da entidade.

Referido Pronunciamento cita os seguintes **exemplos** de fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento:

- (a) caixa recebido pela **emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais**;
- (b) pagamentos em caixa a investidores para **adquirir ou resgatar ações da entidade**;
- (c) caixa recebido pela **emissão de debêntures, empréstimos, notas promissórias, outros títulos de dívida, hipotecas e outros empréstimos de curto e longo prazos**;
- (d) **amortização de empréstimos e financiamentos**; e
- (e) pagamentos em caixa pelo arrendatário para redução do passivo relativo a **arrendamento mercantil financeiro**.



O CPC 03 (R2) encoraja fortemente as entidades a classificarem **os juros, recebidos ou pagos, e os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais**, e os **dividendos e juros sobre o capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento**. Alternativa diferente deve ser seguida de nota evidenciando esse fato.

Assim, temos:

Juros Recebidos ou pagos → **Atividades Operacionais**
Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos → **Atividades operacionais**
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos → **Atividades de financiamento**

Vamos ver como esse ponto já foi exigido!



6. (FCC/METRÔ-SP/2008/Adaptada) Na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa são classificados como itens das atividades de financiamentos a venda de ações emitidas e o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Para fixar! Conforme vimos, o caixa recebido pela **emissão de ações**, ou seja, a venda de emissões emitidas e o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio são classificados como itens das atividades de financiamento.

Gabarito: Certo

Observação: Algumas informações não se enquadram em nenhum dos três fluxos. Como assim? Observe o seguinte item do CPC 03 (R2):

Ganhos e perdas não realizados resultantes de mudanças nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras **não são fluxos de caixa**. Todavia, **o efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira**, é apresentado na demonstração dos fluxos de caixa, a fim de reconciliar o caixa e equivalentes de caixa no começo e no fim do período. Esse valor **é apresentado separadamente dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento** e inclui as diferenças, se existirem, caso tais fluxos de caixa tivessem sido divulgados às taxas de câmbio do fim do período.

Antes de passarmos ao estudo dos métodos de elaboração, vamos **esquematizar** o que estudamos acima sobre os fluxos.

Fluxos de Caixa



Pessoal, muitas questões de DFC exploram os exemplos dispostos no CPC 03, acima descritos. Logo, saber esses exemplos é fundamental!

Vamos ver como as bancas exploram esses exemplos?



7. (FCC/Agente Fiscal de Rendas/SEFAZ-SP/2013) Durante o ano de 2012, a Cia. Desenvolvida S.A. adquiriu ações de sua própria emissão, pagou fornecedores de matéria-prima e pagou três prestações de um arrendamento mercantil financeiro referentes à aquisição de uma máquina. Estas transações devem ser classificadas, respectivamente, na Demonstração dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa decorrentes das atividades

- a) operacionais, de financiamento e de financiamento.
 - b) de financiamento, operacionais e operacionais.
 - c) de investimento, operacionais e de financiamento.
 - d) de financiamento, operacionais e de investimento.
 - e) de financiamento, operacionais e de financiamento.
-

Conforme estudamos acima, o CPC 3 (R2) traz os seguintes exemplos de fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento:

(a) caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais;

(b) pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade;

(c) caixa recebido pela emissão de debêntures, empréstimos, notas promissórias, outros títulos de dívida, hipotecas e outros empréstimos de curto e longo prazos;

(d) amortização de empréstimos e financiamentos; e

(e) pagamentos em caixa pelo arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.

Ademais, estudamos que as atividades operacionais estão relacionadas às principais atividades geradoras de receita da entidade. Segundo o CPC 03 (R2), geralmente resultam de transações e outros eventos que entram na apuração do lucro do exercício.

Do exposto, temos:

Aquisição de ações de sua própria emissão → financiamento
Pagamento de fornecedores de matéria-prima → operações
Pagamento de três prestações de um arrendamento mercantil financeiro
→ financiamento

Gabarito: E

Agora que já sabemos o que entra em cada um dos fluxos, vamos dar mais um passo importante para "detonarmos" o CPC 03: estudaremos agora os métodos de elaboração da DFC.

MÉTODOS DE ELABORAÇÃO DA DFC

Objetivamente, você deve saber que a DFC pode ser elaborada por dois métodos: direto e indireto.

Método Direto → as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgadas.

Método Indireto → o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

A diferença entre os dois métodos reside na apresentação dos fluxos de caixa das atividades operacionais. Os demais fluxos (investimento e financiamento) seguem o mesmo raciocínio nos dois métodos.

O CPC 03 (R2) faculta a utilização tanto do método direto, quanto do indireto. No entanto, exige para a empresa que utilize o método direto a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

Vejamos com os devidos detalhes cada um dos métodos.

DFC – Método Direto

Segundo o método direto, a apresentação dos fluxos das atividades operacionais consiste na **evidenciação direta dos recebimentos (entradas) e pagamentos (saídas) durante o período**. Representa, portanto, o fluxo do disponível durante o exercício. Assim, temos:

Entradas de recursos → fluxo de caixa positivo.

Saídas de recursos → fluxo de caixa negativo.

Segundo esse método, as informações sobre as principais classes de **recebimentos brutos e de pagamentos brutos** podem ser obtidas:

→ dos registros contábeis da entidade; ou

→ pelo ajuste das vendas, dos custos dos produtos, mercadorias ou serviços vendidos (no caso de instituições financeiras, pela receita de juros e similares e despesa de juros e encargos e similares) e outros itens da demonstração do resultado referentes a:

- variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar;
- outros itens que não envolvem caixa; e
- outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

Segundo o Manual de Contabilidade Societária (FIPECAFI), ao utilizar o método direto, as empresas devem determinar os fluxos das operações, no mínimo, nas seguintes classes:

- ✓ recebimentos de clientes, incluindo os recebimentos de arrendatários, concessionários, e similares;
- ✓ recebimentos de juros e dividendos;
- ✓ outros recebimentos de operações, se houver;
- ✓ pagamentos a empregados e fornecedores de produtos e serviços, aí incluídos segurança, propaganda, publicidade e similares;
- ✓ juros pagos;
- ✓ impostos pagos;
- ✓ outros pagamentos das operações, se houver.

A seguir temos a estrutura da DFC pelo método direto:

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto

Atividades Operacionais

- (+) Recebimento de clientes
- (+) Recebimento de juros
- (+) Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio
- (+) Duplicatas Descontadas
- (-) Pagamentos
 - Fornecedores
 - Impostos e Contribuições
 - Salários
 - Juros
 - Despesas Operacionais
 - Despesas Pagas Antecipadamente

(=) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)

Atividades de Investimento

- (+/-) Compra/venda de investimentos, imobilizado e intangível (parte do AÑC)

(=) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)

Atividades de Financiamento

- (+) Aumento/integralização de capital (PL)
- (+) Recebimento de empréstimos e financiamentos
- (-) Pagamento de dividendos e Juros sobre o capital próprio
- (-) Pagamento de Empréstimos e Financiamentos (exceto juros)

(=) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)

IV - Variação Líquida do Disponível (I + II + III)

V - Saldo inicial do Disponível

VI - Saldo Final do Disponível (IV + V)

Para resolvermos as questões pelo método direto, a partir de informações do balanço patrimonial e DRE, usamos a seguinte fórmula para determinar os recebimentos e pagamentos.

$$\text{Saldo Inicial} + \text{Entradas} - \text{Saídas} = \text{Saldo Final}$$

De modo geral, os saldos iniciais e finais são extraídos do BP e as entradas são extraídas da DRE.

Meus camaradas, uma boa parte das questões sobre o método direto solicitam o cálculo envolvendo alguma conta, principalmente a conta **Duplicas a Receber (Clientes)** e a conta **Fornecedores**. Geralmente, as bancas pedem qual o valor recebido de clientes ou qual o valor pago a fornecedores. Para resolver essas questões, basta usarmos a fórmula que vimos acima. Para facilitar sua vida, veja como você pode estruturar o seu cálculo na hora da prova.

Recebimento de Clientes (duplicatas a receber)

Saldo Inicial de Clientes

(+) Entradas (Vendas)

(-) Saídas (**Recebimentos**)

(=) Saldo Final de Clientes

Se houver algum adiantamento de clientes nas informações da questão, isso afetará o cálculo, afinal estamos recebendo de clientes (mesmo que seja de forma adiantada!). Além disso, as devoluções de vendas, os abatimentos sobre vendas e os descontos incondicionais (comerciais) sobre vendas também afetam o cálculo. Assim, de forma mais detalhada, temos:

Saldo Inicial de Clientes

(+) Entradas (Receita Bruta de Vendas)

(-) Devoluções/Abatimentos de vendas

(-) Descontos Incondicionais (comerciais) sobre vendas

(+) Adiantamento de Clientes (saldo inicial)

(-) Adiantamento de Clientes (saldo final)

(-) Saídas (**recebimentos**)

(=) Saldo Final de Clientes

Geralmente as questões não entram nesses detalhes.

Pagamento de Fornecedores

Saldo Inicial de Fornecedores

(+) Entradas (Compras*)

(-) Saídas (**Pagamentos**)

(=) Saldo Final de Fornecedores

* Para calcularmos as compras usamos a "velha" fórmula:

$$\text{CMV} = \text{Estoque Inicial (EI)} + \text{Compras} - \text{Estoque Final (EF)}$$

$$\text{Simplificando: Compras} = \text{EF} - \text{EI} + \text{CMV}$$

Aqui vale a mesma observação anterior. Se houver algum adiantamento a fornecedores nas informações da questão, isso afetará o cálculo, afinal estamos pagando fornecedores (mesmo que seja de forma adiantada!). Assim, de forma mais detalhada, temos:

Saldo Inicial de Fornecedores
(+) Entradas (Compras)
(+) Adiantamento a Fornecedores (saldo final)
(-) Adiantamento a Fornecedores (saldo inicial)
(-) Saídas (**Pagamentos**)
(=) Saldo Final de Fornecedores

Vamos ver na prática como "detonar" exigências do método direto?



8. (FCC/Auditor Fiscal Tributário Municipal/São Paulo/2007) A Cia. Novo Horizonte elabora a demonstração do fluxo de caixa pelo método direto. São dadas as seguintes informações extraídas de sua contabilidade, referentes ao exercício de 2005, em R\$:

Saldo inicial da conta Fornecedores	200.000,00
Saldo final da conta Estoque de Mercadorias	400.000,00
Custo das mercadorias vendidas	950.000,00
Saldo inicial da conta Estoque de Mercadorias	380.000,00
Saldo final da conta Fornecedores	260.000,00

O valor pago pela companhia a fornecedores no exercício de 2005 correspondeu a, em R\$:

- a) 950.000,00
- b) 910.000,00
- c) 890.000,00
- d) 870.000,00
- e) 840.000,00

Conforme estudamos acima, nesse tipo de questão o melhor caminho para a resolução é utilizarmos a fórmula:

$$\text{Saldo inicial (fornecedores)} + \text{compras} - \text{pagamentos} = \text{saldo final (fornecedores)}$$

Observe que a questão nos informa o saldo inicial e o saldo final. Assim, se encontrarmos o valor das compras, basta aplicarmos a equação acima para acharmos o valor pago pela companhia a fornecedores.

Logo, como a questão nos informa o valor do CMV, podemos aplicar a "velha" equação:

CMV = EI (estoque inicial) + Compras - EF (estoque final). Assim, temos:

$$950.000,00 = 380.000,00 + \text{Compras} - 400.000,00$$
$$\text{Compras} = 970.000,00$$

Agora, basta aplicarmos a equação:

Saldo inicial (fornecedores) + compras - pagamentos = saldo final (fornecedores)

$$200.000,00 + 970.000,00 - \text{Pagamentos} = 260.000,00$$

Pagamentos = 910.000,00

Gabarito: B

Veja que não tem mistério! Basta aplicar a técnica. Vamos ver outra questão, agora exigindo o recebimento de clientes.

9. (FCC/Técnico Judiciário/Contabilidade/TRT-MG/2015) Considere as informações extraídas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício da empresa Horizonte, empresa comercial, referentes ao exercício de X2:

Cia. Horizonte
Balanço Patrimonial – Exercício Findo em 31/12/X2 – Em R\$ (mil)

<u>ATIVO</u>	<u>31/12/X1</u>	<u>31/12/X2</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>31/12/X1</u>	<u>31/12/X2</u>
Circulante			Circulante		
Disponível	35.000,00	30.000,00	Fornecedores	100.000,00	87.500,00
Clientes	110.000,00	140.000,00	Salários a Pagar	27.500,00	32.500,00
Estoques	75.000,00	55.000,00			
Total do Circulante	220.000,00	225.000,00	Total do Circulante	127.500,00	120.000,00

Cia. Horizonte
Demonstração do Resultado do Exercício de X2 – Em R\$ (mil)

Receita Bruta de Vendas	900.000,00
Impostos sobre Vendas	(223.000,00)
Receita Líquida de Vendas	677.000,00
CMV	(340.000,00)
Lucro Bruto	337.000,00

Com base nestas informações, o valor recebido de clientes em X2 foi, em milhares de reais,

- a) 870.000,00
- b) 930.000,00
- c) 900.000,00
- d) 875.000,00
- e) 547.000,00

Trata-se de questão que exige a aplicação do método direto para cálculo do fluxo de caixa. Para tanto, vamos utilizar a fórmula que estudamos:

$$\text{Saldo Inicial} + \text{Entradas} - \text{Saídas} = \text{Saldo Final}$$

Geralmente, os saldos iniciais e finais são obtidos do Balanço Patrimonial. Já as entradas são obtidas da DRE. Assim, efetuando o cálculo, temos:

Saldo inicial = 110.000,00 (saldo inicial da conta clientes)

(+) Entradas (vendas) = 900.000,00 (receita bruta de vendas)

(-) Saídas (recebimentos) = ???

(=) Saldo Final = 140.000,00 (saldo final da conta clientes)

$$\text{Recebimentos} = 110.000,00 + 900.000,00 - 140.000,00 = \mathbf{870.000,00}$$

Gabarito: A

Vamos agora estudar o método indireto.

DFC – Método Indireto

Conforme já comentado, segundo esse método o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado basicamente pelos efeitos de transações que não envolvem caixa. Esse método é também conhecido por "*método da reconciliação*" ou "*método da conciliação*", pois faz a **conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações**. É o método mais exigido em concursos.

Esse detalhe já foi exigido em prova!



-
- 10.** (FCC/Analista/TCM-CE/2010) A apuração da Demonstração do Fluxo de Caixa que reconcilia o Lucro Líquido e o Caixa gerado pelas operações, e que é por isso também chamada de "*método de reconciliação*", utiliza o método
- a) direto.
 - b) equivalente de produção.
 - c) indireto.
 - d) de equivalência patrimonial.
 - e) de capital circulante líquido.
-

Para fixar! **A apuração da Demonstração do Fluxo de Caixa que reconcilia o Lucro Líquido e o Caixa gerado pelas operações, e que é por isso também chamada de "*método de reconciliação*", utiliza o método indireto.**

Gabarito: C

Pessoal, a lógica do método indireto é simples. Parte-se da premissa que todo o lucro afeta diretamente o caixa. Como sabemos que isso não corresponde à realidade, são efetuados alguns ajustes. Assim, partimos do lucro líquido (ou prejuízo líquido) extraído da DRE e fazemos as adições e subtrações a este dos itens que, no exercício, afetam o lucro, mas não afetam o caixa.

Pelo método indireto, a DFC pode ser estruturada da seguinte forma:

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Das Operações

Resultado Líquido do Exercício (Lucro ou Prejuízo)

- (+) Depreciação, Amortização, Exaustão;
- (+) Perda de Equivalência Patrimonial
- (+) Variação Monetária Passiva de Longo Prazo
- (+) Prejuízo nas Vendas de Bens ou Direitos do Ativo Não Circulante
- (+) Despesa Financeira que não afeta o caixa (não paga)
- (-) Ganho de Equivalência Patrimonial
- (-) Variação Monetária Ativa de Longo Prazo
- (-) Lucro nas Vendas de Bens ou Direitos do Ativo Não Circulante
- (-) Receita Financeira que não afeta o caixa (não paga)

(=) Resultado Líquido Ajustado

(+/-) Variações nos Ativos Operacionais

- (-) Aumentos das Contas do Ativo Circulante, exceto Disponível
- (+) Diminuição das Contas do Ativo Circulante, exceto Disponível

(+/-) Variações nos Passivos Operacionais

- (+) Aumentos das Contas do Passivo Circulante
- (-) Diminuição das Contas do Passivo Circulante

(=) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)

Dos Investimentos

- (+) Valor da Alienação de Bens ou Direitos do Ativo Não Circulante
- (-) Aquisição de Bens ou Direitos do Ativo Não Circulante
- (+) Redução do Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo (recebimento de empréstimos ou financiamentos concedidos)
- (-) Aumento do Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo (desembolso de empréstimos ou financiamentos concedidos)

(=) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)

Dos Financiamentos

- (+) Realização do Capital Social e Contribuições para Reservas de Capital
- (+) Aumento do Passivo Não Circulante - Longo Prazo (recebimento de empréstimos)
- (-) Dividendo pagos/Resgate ou Reembolso de Ações/Resgate de Debêntures
- (-) Redução do Passivo Não Circulante - Longo Prazo (pagamento de empréstimos)

(=) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)

Variação Líquida do Disponível = I + II + III (IV)

(+) Saldo Inicial do Disponível (V)

(=) Saldo Final do Disponível = IV + V

Pessoal, a estrutura acima é apenas um modelo! Trata-se da estrutura básica, ou seja, contém as principais informações que constam na DFC elaborada pelo método indireto.

Sabendo apenas essa estrutura já conseguimos "matar" algumas questões de prova. Veja como pode ser exigida uma questão teórica sobre a estrutura da DFC.



11. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TJ-AP/2009) Na elaboração do Fluxo de Caixa pelo método indireto, para a determinação do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, correspondem a ajustes do resultado líquido

- a) as variações cambiais não-realizadas, o resultado de equivalência patrimonial e as perdas com clientes.
 - b) a provisão para crédito de liquidação duvidosa, as recuperações de perdas com clientes e as receitas eventuais recebidas.
 - c) as depreciações reconhecidas no período e os resultados líquidos obtidos com alienação de investimentos.
 - d) os dividendos recebidos, a amortização de parcelas de empréstimos de longo prazo e os recebimentos por alienação de imobilizados.
 - e) a conversão de passivo de longo prazo em capital, os valores correspondentes a descontos de duplicatas e as aquisições de imobilizados.
-

Os principais ajustes estão discriminados no modelo estudado, quais sejam:

(+) Depreciação, Amortização, Exaustão;

(+) Perda de Equivalência Patrimonial

(+) Variação Monetária Passiva de Longo Prazo

(+) **Prejuízo nas Vendas de Bens ou Direitos do Ativo Não Circulante**

(-) Ganho de Equivalência Patrimonial

(-) Variação Monetária Ativa de Longo Prazo

(-) **Lucro nas Vendas de Bens ou Direitos do Ativo Não Circulante**

Gabarito: C

Ah, professor, em concursos mais difíceis a DFC não é exigida de forma fácil assim!?

Ah, não? Então dê uma olhada na questão abaixo!



12. (ESAF/Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/2014) O lucro obtido na Venda de Imobilizado e o Resultado de Equivalência Patrimonial representam, na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC):

- a) ingresso de caixa na atividade de investimento.
 - b) aumento de atividades operacionais.
 - c) ajustes do resultado na elaboração da DFC.
 - d) ingressos por Receita Operacional.
 - e) aumento de investimentos.
-

Que tal essa exigência do CPC 03 no concurso para Auditor da Receita? Veja que saber a estrutura da DFC pode lhe render pontos fundamentais!

Conforme vimos, no método indireto, o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. Para fixar, vamos inserir novamente aqui os principais ajustes que são exigidos em provas:

(+) Depreciação, Amortização, Exaustão;

(+) Perda de Equivalência Patrimonial

(+) Variação Monetária Passiva de Longo Prazo

(+) Prejuízo nas Vendas de Bens ou Direitos do Ativo Não Circulante

(-) Ganho de Equivalência Patrimonial

(-) Variação Monetária Ativa de Longo Prazo

(-) Lucro nas Vendas de Bens ou Direitos do Ativo Não Circulante

Logo, percebe-se que o lucro obtido na Venda de Imobilizado e o Resultado de Equivalência Patrimonial representam na DFC (método indireto) ajustes do resultado.

Gabarito: C

Meus camaradas, com o que vimos até o momento já podemos acertar grande parte das questões de prova sobre o CPC 03. Sendo assim, creio que o nosso objetivo por ora foi atingido.

Seguindo nossa proposta para o Projeto "Detonando os CPCs", em nosso curso vamos fechar todos os pontos do CPC 03 passíveis de exigência em provas. Na oportunidade, detalhamos os aspectos mais práticos relacionados ao método indireto. Explicamos a lógica por trás desse método, a fim de "detonar" as questões da DFC que exigem cálculos.

Essas questões em que há necessidade de estruturar a DFC a partir de informações fornecidas pelo examinador é um grande problema para a maioria dos alunos. Nesse sentido, em nosso curso selecionamos dezenas de questões para que acabemos de uma vez por todas com essa dificuldade.

A aula já está disponível na área do aluno e contém "apenas" **80 questões comentadas** 😊!

Porém, para fecharmos nosso estudo com chave de ouro, a seguir compartilho com você uma questão discursiva sobre o CPC 03 extraída do nosso curso de "[Temas de Discursivas de Contabilidade Geral](#)".

13. (FCC/Analista de Controle/Contábil/TCE-PR/2011) As demonstrações contábeis da Empresa Cosmos, sociedade anônima de capital aberto, em 31 de dezembro de X2, eram as seguintes:

Cia. Cosmos
Balço Patrimonial – Exercício Findo em 31/12/X2 – Em R\$ (mil)

ATIVO	X1	X2	PASSIVO	X1	X2
Circulante			Circulante		
Disponível	3.000	1.500	Fornecedores	54.000	45.000
Clientes	29.100	18.000	Empréstimos	-	30.000
Estoques	7.500	10.100	Total do Circulante	54.000	75.000
Total do Circulante	39.600	29.600	Não Circulante		
Não Circulante			Empréstimos	168.000	141.000
Investimentos	60.000	84.000	Financiamentos		23.400
Imobilizado			Total do Não Circulante	168.000	164.400
Terrenos	150.000	173.400	Patrimônio Líquido		
Veículos	210.000	224.400	Capital Social	150.000	180.000
Deprec. Acumulada	(21.000)	(30.000)	Reservas de Capital	42.000	42.000
Intangível	16.000	16.000	Reservas de Lucros	24.600	36.000
Total do Não Circulante	399.000	467.800	Total do PL	216.600	258.000
Total do Ativo	438.600	497.400	Total do Passivo + PL	438.600	497.400

Cia. Cosmos
Demonstração do Resultado do Exercício de X2 – Em R\$ (mil)

Receita Bruta de Vendas	858.000
Impostos sobre Vendas	(213.000)
Receita Líquida de Vendas	645.000
CMV	(333.000)
Lucro Bruto	312.000
Despesas Administrativas e Gerais	(93.000)
Despesas de Vendas	(20.010)
Despesas de Depreciação	(9.000)
Despesas Financeiras	(3.000)
Receita de Equivalência Patrimonial	30.000
Lucro antes do IR/CSSL	216.990
Provisão p/ IR/CSSL	(75.950)
Lucro Líquido do Exercício	141.040

Outras informações:

- O aumento do capital social foi realizado com a capitalização de reservas de lucros no valor de R\$(mil) 10.000,00 e o restante com integralização em dinheiro.
- As despesas financeiras são referentes aos Empréstimos de Longo Prazo e não foram pagas.
- A empresa recebeu dividendos de controladas no valor de R\$ 6.000,00. Tal fluxo é classificado conforme encorajamento pelo CPC03 e os investimentos são integralmente avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial.
- Houve a aquisição de terrenos financiados.
- Houve a aquisição de softwares (registrados no intangível) e de veículos à vista.
- Houve distribuição de dividendos aos acionistas no período.

a. Com base nessas informações e explicitando a linha de raciocínio e os respectivos cálculos, pede-se o valor:

- que a empresa recebeu de clientes no período.
- que a empresa pagou a fornecedores no período.
- do caixa gerado ou consumido pelas atividades operacionais, apresentando os cálculos pelo método indireto.

b. Indique:

- duas atividades de investimento realizadas pela empresa e o impacto de cada uma delas no caixa.

- duas atividades de financiamento realizadas pela empresa e o impacto de cada uma delas no caixa.

Trata-se de uma excelente questão elaborada pela FCC na qual temos que abordar o que o examinador solicita explicitando os cálculos. A FCC denomina esse tipo de questão de "Estudo de Caso". Nesse tipo de questão, a maneira de responder é diferente das questões discursivas "normais". Devemos fundamentar tecnicamente a resposta, explicitando a linha de raciocínio e os respectivos cálculos. E como fazer isso? Muitos(as) alunos(as) que não se preparam para a prova discursiva ficam "apavorados(as)" quando se deparam com uma questão desse "naipe". As seguintes dúvidas "assombram" o(a) candidato(a): e agora como devo fundamentar? Dá para descrever os cálculos? Posso falhar linhas? Tenho que escrever o raciocínio do cálculo?

Camarada, nesse tipo de questão você pode realizar os cálculos normalmente, como se estivesse resolvendo a questão no seu caderno de estudo ou naquela folha de rascunho amassada 😊

Claro que na hora da prova você deve caprichar na letra e nos números, pois isso pode custar a sua aprovação (conheço um amigo que zerou a prova por causa da letra. Detalhe: a sua nota na prova objetiva era altíssima, mais que suficiente para entrar nas vagas!), portanto, desenhe os números se preciso. Não se preocupe com espaçamentos, apenas demonstre os cálculos como se estivesse resolvendo a questão em seu caderno de forma caprichada.

Vamos ver uma possível resposta à questão.

Proposta de Solução

a. Valor que a empresa recebeu de clientes no período

Para encontrarmos o valor que a empresa recebeu de clientes no período deve-se somar o saldo inicial da conta clientes (saldo final em X1) com o valor das vendas do exercício. Esse valor é o máximo que a empresa poderia receber de clientes em X2. No entanto, como havia saldo final na conta clientes, há um indicativo de que as vendas realizadas ainda não foram recebidas integralmente. Logo, o valor recebido de clientes pode ser encontrado da seguinte forma:

<i>Saldo em X1 da conta clientes</i>	<i>R\$ 29.100,00</i>
<i>(+) Receita Bruta de Vendas</i>	<i>R\$ 858.000,00</i>

(-) saldo em X2 da conta clientes	(R\$ 18.000,00)
(=) Valor recebido de clientes	R\$ 869.100,00

Portanto, o valor recebido de clientes foi R\$ 869.100,00.

Valor que a empresa pagou a fornecedores no período

Para encontrarmos o valor que a empresa pagou a fornecedores no período deve-se somar o saldo inicial da conta fornecedores (saldo final em X1) com o valor das compras realizadas no exercício. Esse valor é o máximo que a empresa poderia pagar a fornecedores em X2. No entanto, como havia saldo final na conta fornecedores, há um indicativo de que as compras realizadas ainda não foram pagas integralmente. Logo, o valor pago a fornecedores pode ser encontrado da seguinte forma:

Inicialmente, é preciso apurar o valor das compras do período. Para tanto, utiliza-se a fórmula para cálculo do Custo da Mercadoria Vendida (CMV):
 $CMV = \text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Estoque Final}$. Assim, temos:

CMV	R\$ 333.000,00
(+) Estoque Final	R\$ 10.100,00
(-) Estoque Inicial	(R\$ 7.500,00)
(=) Compras	R\$ 335.600,00

De posse do valor das compras, pode-se calcular o pagamento a fornecedores da seguinte forma:

Saldo em X1 da conta fornecedores	R\$ 54.000,00
(+) Compras	R\$ 335.600,00
(-) saldo em X2 da conta Fornecedores	(R\$ 45.000,00)
(=) Valor pago a fornecedores	R\$ 334.600,00

Portanto, o valor pago a fornecedores foi R\$ 334.600,00.

Valor do caixa gerado ou consumido pelas atividades operacionais

Para calcular o caixa consumido pelas atividades operacionais utilizando-se o método indireto, parte-se do lucro líquido do exercício extraído da Demonstração de Resultados do Exercício (DRE), ao qual são somadas as despesas que não afetaram o lucro (despesa de depreciação e despesa de juros) e subtraída a receita que não afetou o lucro (receita de equivalência patrimonial). Ao lucro ajustado, é somada a variação negativa no saldo da conta clientes que causou um impacto positivo no

caixa. Também são reduzidas as variações nos saldos das contas vinculadas às operações que impactaram negativamente o caixa: variação positiva no saldo da conta estoques e negativa de fornecedores. Além disso, é somado o valor dos dividendos recebidos de controladas por ser classificado como atividade operacional, conforme recomendações do Pronunciamento Técnico CPC 03. A seguir estão descritos os cálculos:

Atividades Operacionais

<i>Lucro Líquido</i>	<i>141.040,00</i>
<i>(+) Despesa de Depreciação</i>	<i>9.000,00</i>
<i>(-) Receita de Equivalência Patrimonial</i>	<i>(30.000,00)</i>
<i>(+) Despesas de Juros</i>	<i>3.000,00</i>
<i>(=) Lucro Ajustado</i>	<i>123.040,00</i>
<i>(+) Variação de Clientes</i>	<i>11.100,00</i>
<i>(-) Variação de Estoques</i>	<i>(2.600,00)</i>
<i>(-) Variação de Fornecedores</i>	<i>(9.000,00)</i>
<i>(+) Recebimento de Dividendos</i>	<i>6.000,00</i>
<i>(=) Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</i>	<i>128.540,00</i>

Portanto, o valor do caixa gerado pelas atividades operacionais foi R\$ 128.540,00.

b. Como exemplos de atividades de investimentos e os respectivos impactos no caixa podem ser indicados:

Aquisição de veículos com redução no caixa de R\$ 14.400,00

Aquisição de softwares com redução no caixa de R\$ 16.000,00

Como exemplos de atividades de financiamentos e os respectivos impactos no caixa podem ser indicados:

Aumento de Capital Social com impacto positivo no caixa de R\$ 20.000,00.

Obtenção de empréstimos de curto prazo com aumento do caixa em R\$ 30.000,00.

Observações:

a) Veja que a banca solicita o exemplo de duas atividades. Portanto, na hora da prova insira apenas duas. Caso você coloque três atividades, mas um exemplo estiver errado, a banca descontará pontos pelo exemplo errado, mesmo os outros dois estando certo. No caso dessa questão, para termos ideia, foram descontados 2 pontos para cada atividade a mais indicada incorretamente.

b) Sempre que a banca solicitar o impacto, devemos indicar o impacto qualitativo (se foi positivo ou negativo) e o impacto quantitativo (valor do impacto). Foram descontados 1,5 pontos pela não indicação do impacto quantitativo e 1 ponto pela não indicação do impacto qualitativo.

c) Essa questão valia 50 pontos e foram assim distribuídos:

- Valor que a empresa recebeu de clientes no período. (10 pontos)
- Valor que a empresa pagou a fornecedores no período. (10 pontos)
- Valor do caixa gerado ou consumido pelas atividades operacionais, apresentando os cálculos pelo método indireto. (10 pontos)
- Indicação de duas atividades de investimento realizadas pela empresa e o impacto de cada uma delas no caixa. (10 pontos)
- Indicação de duas atividades de financiamento realizadas pela empresa e o impacto de cada uma delas no caixa. (10 pontos)

Resumo da Aula

A DFC informa as **variações (entradas e saídas) de dinheiro no disponível de uma empresa em determinado período segregando as informações em três fluxos: das operações, dos financiamentos e dos investimentos.**

A DFC é uma demonstração **obrigatória para as Sociedades Anônimas**. Para as **Companhias fechadas com PL < 2 milhões não é obrigatória**.

Atividades Operacionais → são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento.

Atividades de Investimento → são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.

Atividades de Financiamento → são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade.

Juros Recebidos ou pagos → Atividades Operacionais

Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos → Atividades operacionais

Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos → Atividades de financiamento

A DFC pode ser elaborada pelos métodos direto e indireto:

Método Direto → as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgadas;

Método indireto → lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Das Operações

Resultado Líquido do Exercício (Lucro ou Prejuízo)

- (+) Depreciação, Amortização, Exaustão;
- (+) Perda de Equivalência Patrimonial
- (+) Variação Monetária Passiva de Longo Prazo
- (+) Prejuízo nas Vendas de Bens ou Direitos do Ativo Não Circulante
- (-) Ganho de Equivalência Patrimonial
- (-) Variação Monetária Ativa de Longo Prazo
- (-) Lucro nas Vendas de Bens ou Direitos do Ativo Não Circulante

(=) Resultado Líquido Ajustado**(+/-) Variações nos Ativos Operacionais**

- (-) Aumentos das Contas do Ativo Circulante, exceto Disponível
- (+) Diminuição das Contas do Ativo Circulante, exceto Disponível

(+/-) Variações nos Passivos Operacionais

- (+) Aumentos das Contas do Passivo Circulante
- (-) Diminuição das Contas do Passivo Circulante

(=) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)**Dos Investimentos**

- (+) Valor da Alienação de Bens ou Direitos do Ativo Não Circulante
- (-) Aquisição de Bens ou Direitos do Ativo Não Circulante
- (+) Redução do Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo (recebimento de empréstimos ou financiamentos concedidos)
- (-) Aumento do Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo (desembolso de empréstimos ou financiamentos concedidos)

(=) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)**Dos Financiamentos**

- (+) Realização do Capital Social e Contribuições para Reservas de Capital
- (+) Aumento do Passivo Não Circulante - Longo Prazo (recebimento de empréstimos)
- (-) Dividendo pagos/Resgate ou Reembolso de Ações/Resgate de Debêntures
- (-) Redução do Passivo Não Circulante - Longo Prazo (pagamento de empréstimos)

(=) Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)**Variação Líquida do Disponível = I + II + III (IV)****(+) Saldo Inicial do Disponível (V)****(=) Saldo Final do Disponível = IV + V****DFC – Método Indireto**



Bem... com isso fechamos a primeira parte do estudo do CPC 03. Caso você queira se aprofundar, não hesite em investir no nosso curso. Tenho convicção de que o nosso curso será uma poderosa ferramenta na sua jornada rumo à aprovação. Até agora tenho recebido um retorno muito positivo dos alunos matriculados no curso. E, como aqui no Estratégia você tem garantia de satisfação, não há nada a perder... se o curso não atender às suas expectativas você terá até 30 dias para solicitar a devolução do investimento. Então, o que está esperando? Venha fazer parte da nossa equipe de "detonadores"!

Se você curtiu este artigo, compartilhe com seus amigos! Se você possui alguma sugestão, elogio, críticas, oportunidades de melhoria, deixe seu comentário, envie e-mail, enfim... manifeste-se! Seu feedback é essencial no processo de construção de um material que realmente faça a diferença nos seus estudos!

Um forte abraço e bons estudos!

At.te,
Gilmar Possati
prof.possati@gmail.com